

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.131 - MG (2015/0279560-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : D M F B
RECORRENTE : D M F DA S
ADVOGADO : WESLEY BARBOSA CHALEF E OUTRO(S) - MG099385
RECORRIDO : D R DA S
ADVOGADO : MARIA EGLAIZE PINHEIRO CARDOZO SILVA E OUTRO(S) -
MG086412
INTERES. : E R DA S

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por D. M. F. B. e D. M. F. da S. contra decisão que, nos autos da ação de execução de alimentos promovida em desfavor de D. R. da S., pelo rito do art. 732 do CPC/1973, determinou a realização de novos cálculos no tocante à prestação alimentícia devida pelo réu, no período de dezembro de 1996 a fevereiro de 1999.

A Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais negou provimento ao agravo de instrumento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 576-584):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO ALIMENTÍCIA - PARCELAS VINCENDAS NO CURSO DA AÇÃO - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - ANÁLISE CASO CONCRETO - RECURSO NÃO PROVIDO.

A matéria de direito de família, por sua própria natureza específica e peculiar, envolve a análise de cada caso concreto e específico; quando as questões processuais, meramente formais, devem ser colocadas em segundo plano, para prestigiar o direito substantivo ansiado pela parte.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Os credores interpõem recurso especial, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 2º, 128, 183, 460, 467, 515, 535 e 732 do CPC/1973; e 1.699 do Código Civil.

Superior Tribunal de Justiça

Sustentam ter havido negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal estadual, ao não enfrentar as alegações de ofensa ao princípio da *non reformatio in pejus*, à preclusão e à coisa julgada.

Ressaltam que, ante à inexistência de pedido de exoneração de alimentos pelo recorrido, é incabível a limitação da verba, sendo devida, portanto, a cobrança de todas as prestações vencidas no curso da execução.

Afirmam que o acórdão recorrido, ao declarar a inadmissibilidade, por suposta ausência de razoabilidade, da inclusão dos alimentos vencidos no curso da execução, violou o princípio da *non reformatio in pejus*.

Aduzem, por fim, a ocorrência de preclusão e de coisa julgada acerca do período que deve ser utilizado para análise dos cálculos.

Contrarrazões às fls. 658-672 (e-STJ).

Brevemente relatado, decidido.

Com efeito, os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõem os arts. 165 e 535 do CPC/1973 (correspondentes aos arts. 489, § 1º, e 1.022, I e II, do CPC/2015).

Assim, no que diz respeito à negativa de prestação jurisdicional, com razão os recorrentes, pois, apesar de ter sido instado a se manifestar sobre questões imprescindíveis ao correto deslinde da controvérsia, o Tribunal não sanou os vícios.

No caso, o Tribunal *a quo* deixou de se manifestar sobre as questões levantadas pelos insurgentes, nos aclaratórios opostos na origem, relativas às alegações de *reformatio in pejus* e de ocorrência de preclusão e coisa julgada acerca do período que deve ser utilizado para análise dos cálculos.

Nota-se que, a Corte estadual rejeitou os embargos de declaração, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 598-607):

Em que pese os argumentos expendidos pela embargante, vê-se que estão claras na decisão a motivação e a fundamentação a respeito dos

Superior Tribunal de Justiça

pontos reclamados, não havendo omissão, a ser sanada, como pretendido.

Nesse sentido cita Humberto Theodoro Júnior:

[...]

Outrossim, verifica-se que o Acórdão embargado foi devidamente fundamentado, expressando, ponto a ponto, os motivos pelos quais negou provimento ao agravo. Vale destacar, inclusive, que o embargante está não somente deixando de apresentar qualquer omissão, contradição ou obscuridade, como está, inclusive, inovando pedido nestes embargos.

Com efeito, o que pretende a embargante é a reapreciação das questões já aventadas, com questionamentos acerca de interpretação de dispositivos legais, já analisadas e devidamente decididas conforme entendimento e conclusão desta Turma Julgadora.

De fato, o acórdão embargado foi expresso ao explicitar:

"Também, não se desconhece jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de ser possível, a princípio, a inclusão de parcelas vincendas no curso da execução de alimentos pelo rito de art. 732, do CPC.

Os agravantes pretendem sejam devidos alimentos até a presente data, pois não houve pedido exoneratório por parte do executado, agravado.

No entanto, não lhes assiste razão.

É que, em matéria que envolve o direito de família, por sua própria natureza específica e peculiar, impõe-se a análise de cada caso concreto e específico em julgamento; e quando as questões processuais, meramente formais, devem ser colocadas em segundo plano, para prestigiar o direito substantivo ansiado pela parte.

No caso dos autos, não se mostra coerente o pagamento de pensão alimentícia desde a data da citação do executado 04.11.1996 (fl.125-TJ) até os dias de hoje, 18 anos após esse ato, contando atualmente, os agravantes mais de 35 anos de idade.

Em se tratando de pedido de alimentos a cautela na análise dos elementos fáticos é o que se impõe; vez que a prestação alimentícia cumpre o objetivo de suprir uma necessidade dos alimentandos, possuindo natureza transitória."

Frise-se que mesmo no caso de embargos opostos com fins de prequestionamento, há que se observar os limites traçados no dispositivo supra, devendo existir real vício na decisão embargada.

EM verdade, constata-se que os embargos ora manejados não se coadunam com os limites certos e estreitos previstos no art. 535 do CPC, eis que pretendem apenas "reformular a decisão exarada, por sua irresignação com o resultado.

Com efeito, vê-se que o acórdão está devidamente fundamentado e concluído de acordo com o entendimento e a convicção dos Julgadores, diante do constante dos autos e em obediência aos comandos legais.

De fato, o que pretende o embargante é a reapreciação das questões

Superior Tribunal de Justiça

já aventadas, com questionamentos acerca de interpretação de dispositivos legais, já analisadas e devidamente decididas conforme entendimento e conclusão da Turma Julgadora.

Ora, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no acórdão embargado consubstancia mera insatisfação com o resultado da demanda, inviável, pois, pela via dos aclaratórios.

Constata-se, portanto, que o acórdão combatido, a despeito da oposição de embargos declaratórios, deixou de sanar omissão sobre a controvérsia instaurada, impondo-se, assim, o retorno dos autos para que o órgão competente realize novo julgamento dos embargos de declaração, com a devida apreciação sobre as questões trazidas nos aclaratórios.

A propósito, cita-se:

RECURSO ESPECIAL. QUESTÕES SUSCITADAS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC CONFIGURADA. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO.

1.- Negativa de prestação jurisdicional configurada no caso, por infringência ao artigo 535 do Código de Processo Civil, voltando o caso à origem para novo julgamento dos Embargos de Declaração.

2.- Em processo em que recebido pedido de reconsideração do Acórdão, posterior à interposição de Recurso Especial, como Agravo Regimental, para não conhecê-lo, o Acórdão, embora fundamentado, não enfrentou todas as questões, conquanto reclamado o exame por Embargos de Declaração. Impossível, nesta instância, reexaminar todas essas matérias interligadas, de interesse para o deslinde do caso. De rigor o provimento do Recurso Especial, para anular o julgamento dos Embargos de Declaração, com retorno à origem.

3.- Recurso Especial provido, anulando-se o Acórdão dos Embargos de Declaração, para que outro seja proferido, com expresse julgamento da questão assinalada.

4.- Agravo no Recurso Especial prejudicado pela perda do objeto. (REsp n. 1.424.420/CE. Relator Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 11/2/2014, DJE 28/2/2014)

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial a fim de cassar o acórdão que julgou os embargos de declaração, determinando que a Corte *a quo supra* a omissão quanto às alegações de *reformatio in pejus* e de preclusão e coisa julgada da questão.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

